

PROCESSO - A. I. Nº 233080.0403/09-8
RECORRENTE - FAÇA FEIRA ATACADO E VAREJO LTDA. (FAÇA FEIRA SUPERMERCADO)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 5ª JJF nº 0277-05/09
ORIGEM - INFAZ JACOBINA
INTERNET - 24/09/2010

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0299-12/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PARCELAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Diante do fato de o contribuinte ter efetuado o parcelamento integral do débito lançado no Auto de Infração, fica caracterizada a perda do interesse recursal, restando prejudicada a análise do recurso interposto. Destarte, fica extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99. Recurso **PREJUDICADO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado referente à Decisão da 5ª JJF relativa ao Auto de Infração, lavrado em 03/06/2009, para exigir ICMS no valor histórico de R\$ 50.271,11, em razão das seguintes irregularidades:

INFRAÇÃO 1 - Omissão de saída de mercadorias tributáveis apurada através de suprimimento de caixa de origem não comprovada nos dias 01.07.2005, 01.08.2005, 01.02.2006, 01.06.2006, 01.07.2006, 01.08.06, 01.09.2006, 01.11.2006 e 31.12.2006, com os respectivos valores: R\$ 25.000,00, R\$ 50.000,00, R\$ 56.000,00, R\$ 50.000,00, R\$ 5.000,00, R\$ 60.000,00, R\$ 10.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 7.500,00, conforme cópias do livro caixa anexo. Valor do débito: R\$ 49.895,00;

INFRAÇÃO 2 - Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou ambulante, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. Falta de antecipação parcial conforme demonstrativo anexo. Valor do débito: R\$ 376,11.

O autuado ingressou tempestivamente com a sua defesa, anexada às fls. 87/88 dos autos. Quanto à infração 1, argumentou que os ingressos de recursos no caixa da empresa são de origem comprovada e procedem de empréstimos efetuados pelos sócios. No que se refere à infração 2, relativa ao ICMS da antecipação parcial, a defesa declarou que a empresa recolheu no ano 2005, a cifra de R\$ 890,13 (Oitocentos e noventa reais e treze centavos), no ano 2006 a quantia R\$3.043,18 (Três mil quarenta e três reais, dezoito centavos). Alegou ser difícil precisar se o tributo lançado no Auto de Infração foi ou não recolhido nessas parcelas, visto que no demonstrativo que serviu de base para o lançamento não foram citadas as notas fiscais correspondentes a cada recolhimento. No entanto, afirmou que está efetuando cuidadosamente um levantamento e se comprovada a omissão de recolhimento, providenciará a quitação do tributo em favor do Estado. E, por fim, requereu a improcedência da autuação.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 101/102 dos autos em relação à impugnação do autuado e conclui pela manutenção integral da autuação para ambas as infrações imputadas.

A 5ª JJF se manifestou em relação a ambas as infrações para deliberar nela a Procedência do Auto de Infração.

Após ciência da Decisão da 1ª Instância, o autuado interpôs Recurso Voluntário (fls. 119/120), reprisa aspectos que entendeu ignorados pela 5ª JJF em relação a sua primeira defesa.

Após o seu Recurso Voluntário, o processo seguiu para Parecer da PGE/PROFIS, que, após análise dos autos, opinou pelo Improvimento do referido Recurso Voluntário interposto, conforme consignado às fls. 124 a 126 dos autos.

Por fim, verifica-se nos autos (fls. 127 a 129) que o autuado resolveu desistir do Recurso Voluntário e proceder ao parcelamento do débito total julgado, com os benefícios fiscais concedidos pela Lei Estadual nº 11.908/10.

VOTO

Compulsando os autos, verifiquei que o autuado reconhece o débito fiscal julgado e valendo-se dos benefícios fiscais instituídos pela Lei Estadual nº 11.908/10, efetuou o parcelamento com o benefícios concedidos por força da Lei nº 11.908/2010, conforme consignado nos autos. Por conseguinte, resta **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário, extinguindo-se o presente Processo Administrativo Fiscal em conformidade com o inciso IV do artigo 122 do RPAF/99, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem para fins de homologação dos valores efetivamente já recolhidos e o acompanhamento do parcelamento do débito.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADO** o Recurso Voluntário interposto e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 233080.0403/09-8, lavrado contra **FACA FEIRA ATACADO E VAREJO LTDA. (FAÇA FEIRA SUPERMERCADO)**, devendo o recorrente ser cientificado da Decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento efetuado com os benefícios da Lei nº 11.908/10 e, após, o arquivamento do processo.

Sala de Sessões do CONSEF, 01 de setembro de 2010.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE

CARLOS HENRIQUE JORGE GANTOIS – RELATOR

JOÃO SAMPAIO REGO NETO – REPR. DA PGE/PROFIS